

# Média, movimentos sociais e democracia participativa: As mensagens políticas nos cartazes da manifestação de 15 de setembro de 2012<sup>1</sup>

Teresa Costa Alves

*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal<sup>2</sup>*

teresa.costa.alves@gmail.com

**Resumo:** Este artigo pretende analisar as possibilidades consignadas aos média de contribuir para a construção de uma esfera pública e, conseqüentemente, de um regime democrático mais participativo. Partindo do conceito de Strömbäck relativo ao papel de “fórum” desempenhado pelos média, foram entrevistados ativistas pertencentes a movimentos sociais sem filiação partidária de forma a compreender a sua

relação com os meios de comunicação social e sua perspectiva sobre o seu papel. Foram consideradas como elementos de análise de discurso as mensagens representadas através dos cartazes empunhados pelos ativistas na manifestação de 15 de setembro de 2012, a manifestação apartidária mais participada na história da democracia portuguesa.

**Palavras-chave:** esfera pública, movimentos sociais, manifestações, democracia participativa, análise de discurso

**Abstract:** This article intends to analyse the possibilities given to the media of contribution to the rising of a public sphere, and consequently a more participative democratic regime. Starting from Strömbäck's concept of 'forum' as one of the roles played by the media, activists belonging to social movements were interviewed, in

order to understand their relationship towards the media and their perspectives on their role. As discourse analysis elements were considered the messages represented on posters taken by activists to the demonstration that took place on the 15th September 2012, the biggest nonpartisan demonstration on the Portuguese democratic history.

**Keywords:** public sphere, social movements, demonstrations, participative democracy, discourse analysis

1. Submetido a 25 de outubro de 2013 e aprovado a 15 de novembro de 2013.

2. Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga - Portugal.

## **Média e democracia participativa: considerações gerais**

O SÉCULO XX caracterizou-se por uma transformação acelerada do paradigma da comunicação, que deixou de evoluir ao ritmo do desenvolvimento humano, biológico, para se aproximar do ritmo dos acontecimentos e sua mediatização. No século XXI, observa-se a aceleração deste pressuposto, potenciado pela participação cada vez mais intensa e individual dos cidadãos mediáticos, que estão constantemente online e se assumem cada vez como “partilhantes” de conteúdos nas redes sociais. “Os média alteraram as modalidades de expressão da opinião pública” (Rieffel, 2003: 39). Tradicionalmente, são atribuídas três funções aos média: função informativa, na sua dimensão de liberdade; função de fórum, numa dimensão de igualdade; e, por fim, função de “watch-dog”, cuja dimensão é a do controlo power (Strömbäck in Trappel 2008). Na presente análise, interessa considerar a dimensão de igualdade dos média, pois é através da participação cidadã no espaço público que os média concretizam a sua função de fórum.

Equality: Platform for democratic discourse. This performance feature refers to the selected news media and monitors possibilities for people to participate in the news process. Participation helps the reflection and representation of diversity of views and interest in society. (Trappel 2008: 31)

Esta dimensão de igualdade, inerente à função de fórum, representa uma das possibilidades mais acessíveis à opinião pública de se expressar fora da sua esfera privada. A constituição do espaço público habermasiano realiza-se através do estatuto de mediação entre sociedade civil e sociedade política, e até de mediação entre os membros da própria sociedade civil (Santos 2012: 168). As manifestações de índole política têm-se assumido como ritos de crescente interesse mediático, sobretudo nos últimos anos, no contexto de crise económica galopante. “O ritual convoca a unanimidade” (Mesquita 2003: 332) e este fenómeno de aglomeração de massas em torno de uma causa comum, num

regime de liberdade de expressão, tem constituído uma forma de expressão da democracia participativa.

Freedom can be understood as consisting of three types of rights: political, civil, and social (or socioeconomic) rights. Freedom rights are based on the idea of people's freedom to act (e.g. freedom of opinion, freedom of association, freedom of information). In their widest sense, freedom rights should thus be viewed as protecting people's ability to act independently and with self-determination, in political, economic, social and cultural terms. (Trappel 2008: 19)

Em Portugal, desde a restituição da democracia em 1974, têm-se formado vários movimentos sociais, de índole política sobretudo, reunindo sobretudo ativistas que rejeitam qualquer tipo de identificação com a ação dos partidos políticos. Esta é uma das representações de uma democracia mais participada: “Citizens must have the opportunity to form interest groups freely and independently from the state and be able to act within those groups” (Bühlmann et al. 2007: 18) – ainda assim, longe dos ideais de democracia participativa reivindicados por grupos como o Democracia Real Ya ou o Occupy, formados em Espanha e nos Estados Unidos, respetivamente em maio e outubro de 2011.

As manifestações cidadãs são expressões vivas da representação social de uma democracia participativa. Historicamente, uma das formas de pressão política cidadã tem sido exercida através de manifestações de índole política, tais como o acampamento na Praça Tahir, no Cairo, país onde teve início a revolução pró-democrática da Primavera Árabe, e a manifestação do 12 de março (comummente conhecida como a da “Geração à Rasca”, cujos principais lemas contestatários foram a denúncia da precariedade laboral, do sistema de falsos recibos verdes e do desemprego jovem), acontecida em 2011, em várias cidades portuguesas, logo após o anúncio do pedido de resgate financeiro ao FMI por parte do governo de José Sócrates. O 12 de março, tendo reunido cerca de 300 mil pessoas por todo o país (números não-oficiais referidos pela organização e publicados consensualmente nos média) havia sido a manifestação mais participada desde o 25 de abril de 1974 até ao passado dia 15 de setembro

de 2012, dia em que cerca de 500 mil pessoas se concentraram em 33 cidades portuguesas segundo o lema “Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!”.

Segundo fontes ligadas ao movimento social 15S (conjunto de cidadãos independentes reunidos para a organização desta manifestação e que, a posteriori, se mantiveram agregados para realização de outros acontecimentos que se lhe seguiram, como a manifestação cultural de 13 de outubro de 2012), esta manifestação obteve uma ampla participação dos vários setores da sociedade devido à sua mensagem clara, objetiva e transversal a todas as classes sociais, etárias e profissionais, por retratar um desagrado comum a todos. Este espelho dos problemas da sociedade na sua crescente movimentação contestatária é uma consequência da democracia, tal como a própria democracia parece constituir-se na sequência destas ações de rutura.

Quanto mais se democratiza um país, mais haverá cidadãos falando de seus problemas em locais não tradicionais da política. Portanto, no regime democrático tende a haver uma democratização dos espaços, onde o discurso político é enunciado. (Pinto 2005: 92) As manifestações cidadãs são um exemplo inequívoco da democratização de espaços referida pelo autor. É através dos cartazes, empunhados por alguns dos cidadãos mais empenhados em demonstrar a sua revolta, que a mensagem política de um conjunto de indivíduos, reunidos num colectivo materializado numa massa humana, se assume como expressão da opinião pública.

The institutional core of political rights is the right to political communication and organisation, which are vital parts of a complete democratic regime (Dahl 1971, 1989). They are embodied in the unlimited validity of the right to freedom of speech and opinion and the right to association, demonstration, and petition. In the mass media, no monopoly of publicity must exist. (Bühlmann et al., 2007: 17)

Esta previdência deontológica de Bühlmann e restantes autores sobre a necessidade de ausência de uma concentração na informação, de forma a não privilegiar determinados sectores da sociedade em detrimento de outros, é uma das mais frequentes queixas dos movimentos sociais, que, conscientes do poder

social dos média, facilmente relacionam seleção de acontecimentos mediatizáveis por parte dos jornalistas com propaganda. A relação entre movimento sociais e comunicação social não tem sido de natureza pacífica, tema a aprofundar na secção seguinte do presente trabalho.

## **Movimentos sociais portugueses e exposição mediática**

A relação dos movimento sociais com a comunicação social não tem sido isenta de polémica. Esta conclusão foi retirada após dois tipos de metodologia: a análise de algumas declarações em formato de comunicado de imprensa, por parte de diferentes movimentos sociais, na sequência dos descatos ocorridos na manifestação de 14 de novembro, dia de greve geral; e ainda após a realização de algumas entrevistas exploratórias, realizadas em fevereiro de 2013, a seis ativistas dos movimentos sociais Indignados de Lisboa, Plataforma 15 de Outubro e PAGAN – Plataforma Anti- Guerra Anti-NATO. Estes três movimentos têm em comum o facto de se caracterizarem pela atividade de natureza política, por uma ausência de estrutura hierárquica na sua organização e pelo facto de a larga maioria dos seus membros não estarem ligados a qualquer partido político.

As formas encontradas por estes movimentos sociais para comunicarem as suas ações têm sido, segundo estes ativistas, fundamentalmente o comunicado de imprensa, a conferência de imprensa, a entrevista, a participação em debates televisivos e contactos directos com jornalistas. Também é frequente a produção de conteúdos próprios, divulgados através das redes sociais e da blogosfera, tais como manifestos, declarações, cartas abertas, peças de jornalismo independente e registo de imagens. Estes conteúdos pretendem “oferecer informação e pontos de vista alternativos para produzir contra-narrativas que contrariem as narrativas veiculadas pelos media institucionalizados” (ativista, sem pertença a qualquer grupo, colabora com diversos movimentos).

De acordo com as informações fornecidas nas entrevistas realizadas, a relação entre jornalistas e movimentos sociais está longe de ser a ideal. Todos os entrevistados tecem duras críticas à forma como as notícias sobre a sua ação são

tratadas e abordam, repetidamente, a existência de lapsos graves no tratamento das conteúdos e de manipulação óbvia de informação.

A forma superficial como têm sido tratadas as notícias dos movimentos sociais da contestação e das propostas alternativas, tratadas sem o devido aprofundamento e com demasiada leveza (...) mostra claramente que os movimentos sociais não podem contar apenas com os media, havendo cada vez mais a noção de que têm que ser eles próprios a criar os seus meios de divulgação alternativos e ser através deles (com a informação devidamente tratada) que se faz a ponte com os media institucionais. (ativista, Indignados de Lisboa)

Para estes ativistas, o principal interesse dos jornalistas reside nos momentos de confrontos e violência, concedendo-se excessivo enfoque nesses temas e procurando-se obter culpas entre grupos e colectivos frequentemente apelidados de “radicais violentos, activistas anarquistas ou militantes perigosos”. (ativista, sem pertença a qualquer grupo). A 14 de novembro de 2012, dia em que foi convocada uma greve geral por parte da CGTP, ocorreram desacatos de ordem violenta na manifestação realizada em frente ao Parlamento, em Lisboa. Esta manifestação foi alvo de forte atenção por parte dos média e é referida pelos ativistas como um exemplo paradigmático da relação entre média e movimentos sociais:

A manifestação do 14N e a carga policial, bem como toda a orquestração montada em torno dos “atiradores de pedras” foi apoiada pelos media institucionais que colaboraram com a jogada, nomeadamente as televisões que se prestaram a fazer o papel de mostrar o interminável arremesso de pedras que fez da polícia coitadinhos e toda a encenação do suposto aviso às pessoas da praça, de forma a passar a ideia aos que lá não estiveram de que a coisa foi como a mostraram. (ativista, Indignados de Lisboa)

Como é conhecido, na sequência dos desacatos desta manifestação surgiu um episódio que colocou os próprios média no centro do interesse mediático, como foi o caso de Nuno Santos, director de informação da RTP, ter alegadamente cedido

imagens não editadas dos confrontos à PSP sem autorização da administração da estação pública. Este episódio levou à demissão de Nuno Santos e à publicação de várias notícias sobre o caso<sup>3</sup>, provando que a atividade mediática também está sob uma espécie de “auto-escrutínio” por parte dos próprios média.

Segundo os ativistas alvo de entrevistas exploratórias, o interesse dos média é proporcional ao grau de violência implicado na atividade na qual os movimentos estão a participar. Todos os entrevistados apontaram esta crítica ao processo de mediatização das acções dos movimentos sociais, juntamente com um ideia generalizada de que os jornalistas não estão convenientemente preparados e informados sobre a questão social que deu origem àquele grupo:

Em 2010, no âmbito da contestação à cimeira da NATO, só deram importância à PAGAN depois da orquestração de que iria haver violência, de que estavam por cá “black blocks” e de termos anunciado actos de desobediência pacífica. (...) Nas muitas entrevistas que dei só queria saber se ia haver violência; a questão política da NATO não era interessante para eles. Até porque em questões de geopolítica, no jornalismo português há uma ignorância generalizada. (ativista, PAGAN)

Apesar das duras críticas tecidas pelos ativistas entrevistados, todos partilham o pensamento de que os movimentos sociais necessitam de exposição mediática para divulgar as suas atividades e conquistar mais participantes. Essa exposição nos média é, como foi referido por um dos entrevistados, mais intensa nos dias prévios, no próprio dia e no dia seguinte às manifestações populares. Fora deste contexto de dia de manifestação popular, parece ser difícil aos movimentos sociais alcançar visibilidade mediática e entendimento com os jornalistas, frequentemente acusados de desconhecimento técnico face ao *modus operandi* dos movimentos sociais – sobretudo quando é estabelecida uma comparação com a sua relação com os partidos políticos.

3. Mais precisamente 766 notícias, desde 14 de novembro de 2012, de acordo com a Google Notícias, segundo pesquisa realizada a 13 de fevereiro de 2013 sobre a expressão “Nuno Santos greve 14N”.

Seguidamente, será analisado o discurso presente nos cartazes envergados pelos movimentos sociais e pelos cidadãos independentes, de forma a construir uma visão estrutural das formas de expressão da cidadania em contexto de protesto, numa lógica de democracia participada.

### **As mensagens políticas na manifestação de 15 de Setembro de 2012: análise de discurso**



Figuras 1 e 2: Cartazes na manifestação de 15 de setembro de 2012, Lisboa (várias localizações).

Nas manifestações cívicas, os cartazes constituem uma expressão de cidadania que se reflete em exposição mediática. A manifestação é uma das principais atividades da maioria dos movimentos sociais enquanto grupos organizados. A prática discursiva das mensagens políticas destas formas de expressão das massas tornam colectivo o individual, numa expressão conjunta de

valores, ideais comuns ou apenas de indignações partilhadas, já que é frequente a motivação para a realização de uma manifestação ser uma situação que se deseja contrariar.

Um exemplo deste argumento é a manifestação de 15 de setembro de 2012. Sob o lema “Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!”, a intencionalidade do inimigo a abater está desde logo expressa no lema da convocatória. Toda a prática discursiva encontra-se enquadrada numa lógica de prática sócio-cultural (Fairclough 1995), e no caso das mensagens políticas vinculadas aos cartazes, este contexto social é de indignação, protesto e insatisfação popular. Ainda segundo Fairclough, no contexto de manifestação cívica o momento de produção do texto está normalmente distanciado do momento de consumo desse mesmo texto – os actores sociais deste processo entram em contacto com o texto no próprio momento da manifestação mas os restantes recetores destas mensagens de reivindicação apenas as absorvem através dos média. Assim, os cidadãos ativos no processo são produtores de texto de contestação, enquanto que os cidadãos mediáticos são, normalmente, os maiores consumidores destas mensagens.

Ao texto incluído na maioria dos cartazes da manifestação de 15 de setembro parece ter-lhe sido permitida uma maior liberdade criativa, quando comparado com o tom do discurso nos cartazes de manifestações mais institucionalizadas, como é o caso das organizadas pelas estruturas sindicais (ver quadro 1). A 29 de setembro de 2012, apenas 2 semanas depois do 15S, realizou-se no Terreiro do Paço uma manifestação convocada pela CGTP sob o lema “Todos a Lisboa contra o roubo dos salários, pensões e reformas”. Esta manifestação foi uma das maiores de sempre organizada por esta estrutura sindical, tendo reunido cerca de cem mil pessoas na praça lisboeta. Nesta manifestação, encontravam-se cartazes com as frases “Pela dignificação profissional | Em prol da segurança dos cidadãos” (numa faixa da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia), “Contra a ingerência do FMI, defender a produção nacional!” (por parte do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente), “Austeridade Falhou – Passos/Troika, rua!” (cartaz assinado pelo Bloco de Esquerda), entre muitos outros.

Esta prática discursiva, mais institucional, repetida ao longo dos anos por uma máquina sindical organizada e articulada, parece incluir-se num fenómeno de análise textual de macro- estrutura, segundo o qual a organização temática do texto se estabelece através de “conjuntos organizados de proposições” (van Dijk, 1988). Ao nível do fenómeno da intertextualidade, parece existir uma articulação com textos anteriores, mantendo-se as mesmas missivas – nomeadamente no uso dos mesmos vocábulos e imagens – sendo apenas substituídos os seus alvos (a figura do primeiro-ministro, do ministro da Educação, de algumas figuras ligadas à banca e de outras personagens relacionadas com escândalos da agenda mediática do momento).

Contrastando com esta regularidade, previsibilidade e coerência discursiva estão as mensagens encontradas nos cartazes do 15S, cujo estilo reporta a temáticas mais abrangentes da vida social e inclui referências de natureza extra-política, como por exemplo, no cartaz em que é citada uma frase do escritor moçambicano Mia Couto, “Há quem tenha medo que o medo acabe” (ver figura 1). O recurso a figuras de estilo foi amplamente encontrado, com especial destaque para o uso do trocadilho, como nos cartazes “Não deixem que o cravo de ontem encrave a revolução de hoje”, “Este país já não é para crianças” e “Error 404: Democracy not found” (ver figuras 1 e 2).

15S - Que se lixe a troika	29S - CGTP
Liberdade criativa	Uso de chavões
Referências a fontes além-política	Discurso político institucionalizado e centralista
Recurso a figuras estilísticas e referências históricas e culturais	Recurso a termos da gíria política
Discurso directo, assertivo, próximo da realidade social	Discurso direccionado para os fins
Tom emotivo	Tom popular

Quadro 1: Análise de discurso comparativa entre as manifestações de 15S e 29S

Em destaque na globalidade dos cartazes do 15S encontra-se a preocupação com o estado social do país, nomeadamente com o desemprego, a precariedade laboral e o aumento crescentes dos impostos, tratados num tom emotivo e confessional (como por exemplo em “Então e o meu futuro?” ou em “Estou triste...”).

Já num carácter de ausência, isto é, em relação aos elementos omitidos em determinado texto, encontram-se recorrentemente referências a faux-pas políticos, como por exemplo a menção subliminar ao incentivo à emigração jovem por parte do primeiro-ministro em declarações aos média: “Vim sozinho, os meus amigos emigraram”. Este género de episódio está pressuposto no discurso deste último cartaz e é legítimo na prática socio-cultural em que se encontra, já que grande parte dos manifestantes acumula o papel de cidadãos mediáticos, sendo capazes de reconhecer acontecimentos aparentemente ausentes mas afinal presentes através de uma dissimulação discursiva.

Este processo de mediatização das mensagens políticas veiculadas nos cartazes das manifestações constitui uma representação real do papel de mediação dos órgãos de comunicação social. Mediar implica estar no centro, entre a esfera privada e a esfera pública, entre os cidadãos e as instâncias políticas, entre o Eu e o “Outro do qual também faço parte”.

Os media procuram traduzir/representar o pulsar da sociedade civil para, depois, por um lado, lho devolverem já elaborado, como interpretação, como opinião, transmitindo-o também, por outro lado, à «sociedade política» como imperativo de escolha, de opção e de decisão. (Santos, 2012: 168)

A constituição de um cidadão enquanto cidadão mediático poderá engrandecer a sua participação na democracia, ao mesmo tempo que estará a reduzir a sua participação democrática à informação que lhe é fornecida, à realidade mediática, à que lhe foi seleccionada e não à “realidade do real”. Esta crise da representação, sentida, como foi demonstrado, pelos ativistas ligados a alguns dos principais movimentos sociais portugueses, deve ser contrariada através da criação de mais e melhores formas de relacionamento entre grupos e as instituições mediáticas.

## Conclusões

Ao longo dos anos, os média têm vindo a alterar as formas de expressão da opinião pública. O processo de democratização ocorrido em Portugal desde o 25 de Abril tem proporcionado a pluralidade de espaços de encontro entre os cidadãos e as modalidades de constituição de uma democracia potencialmente mais participativa. Tradicionalmente, são atribuídas três funções aos média: informativa, fórum e “watch-dog”. A participação cidadã no espaço público pressupõe que os média estarão a concretizar a sua função de fórum.

As novas tecnologias são também grandes facilitadores dos processos de distribuição de informação em prol de uma democracia mais participativa. Os fóruns de discussão online e as próprias mailing-lists utilizadas pelos membros dos movimentos sociais para comunicarem entre si propiciam a discussão sobre os mais variados temas de índole social.

De acordo com entrevista exploratórias realizadas a ativistas de três movimentos sociais actualmente em atividade, existe uma “crise da representação”, já que os movimentos sociais não se sentem objetivamente representados pelos média. Segundo os resultados das entrevistas, a relação destes grupos com os média é conturbada. Os média não parecem demonstrar tanto interesse nas atividades dos movimentos sociais como desejado por eles próprios.

Após análise de algumas das mensagens incluídas nos cartazes da manifestação de 15 de setembro de 2012, conclui-se que a preocupação com o estado social do país, nomeadamente com o desemprego, a precariedade laboral e o aumento crescentes dos impostos, é abordado num tom emotivo e confessional. Existem elementos omitidos nestes cartazes, recorrentemente referências a faux-pas políticos, que efectivam o carácter de ausência neste géneros de texto, baseado em pressupostos no discurso e legítimo na prática sócio-cultural em que se encontra. Esta prática de dissimulação discursiva é um dos recursos utilizados para tornar o discurso do cartaz mais atrativo e estimulantes à participação. O uso do trocadilho, o apelo à emoção e a nomeação de certas figuras da política e da sociedade como “alvos a abater” são recursos utilizados para incitar à mobilização das massas.

Os cidadãos, quando se tornam cidadãos mediáticos, assumem um duplo papel na sua relação com a atualidade mediática: poderá engrandecer a sua participação na democracia, ao mesmo tempo que estará a reduzir a sua participação democrática à informação que lhe é fornecida. Esta crise da representação poderá ser alvo de um futuro estudo nesta área, de forma a garantir uma relação mais profícua entre jornalistas e movimentos sociais. Os órgãos de comunicação social apenas cumprirão, com legitimidade deontológica, a sua função de fórum quando forem capazes de compreender as motivações dos ativistas que, não se enquadrando num sistema partidário nem sindical, apresentam maiores dificuldades em se relacionarem de uma forma organizada e sistemática com os média. Os média são, seguramente, elementos centrais de legitimação da participação cidadã. Sem a voz da divulgação mediática, não há quem alcance a atenção de todos, e sem a presença de todos na vida política nunca existirá uma verdadeira democracia participativa.

## Referências bibliográficas

- Bühlmann, M. et al. (2007): Quality of Democracy. Democracy Barometer for Established Democracies. Zürich, Berlin. Artigo inserido no NCCR-Democracy No. 10, online: <http://www.nccr-democracy.uzh.ch/nccr/publications/workingpaper/pdf/WP10.pdf> (10.02.2013).
- Fairclough, N. (1995) Media discourse, Londres: Edward Longman.
- Jaworski, A. (2007) 'Language in the media: authenticity and othering' In Sally J. (ed.) (1997) Language in the media: Representations, identities and ideologies, Londres: Continuum, pp. 271- 78.
- Mesquita, M. (2004) O Quarto Equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea, Coimbra: Minerva.

- Nordenstreng (2001) 'Media and Democracy: Do we know what to do', In *Television & New Media*, 2: 57-63.
- Pinto, C. (2005) 'Elementos para uma análise de discurso político', *Barbarói (USCS)*, 24: 87-118.
- Rieffel, R. (2003) *Sociologia dos Média*, Porto: Porto Editora.
- Santos, J. (2012) *Media e Poder: O poder mediático e a erosão da democracia representativa*, Lisboa: Vega.
- Thussu, D. (2007) *News as Entertainment: The Rise of Global Infotainment*, Londres: Sage.
- Trappel, J. & Maniglio, T. (2008) 'Media and Democracy', artigo apresentado no Media 08 Communication and Humanity Conference LSE, Department of Media and Communication. London, 21-23 setembro 2008.
- van Dijk, T. (1988) *News as Discourse*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Winocur, R. (2002) *Ciudadanos mediáticos: La construcción de lo público en la radio*, Barcelona: Editorial Gedisa.